

A China, a Contraordem Não Liberal e o Papel dos Valores na Resposta Estratégica

R. EVAN ELLIS, PHD

Introdução

A dinâmica da ordem internacional na terceira década do século XXI está mudando profundamente. A magnitude e a complexidade da mudança são ilustradas pela invasão da Ucrânia pela Rússia, tanto no seu fracasso inicial como na capacidade do governo Putin na Rússia para manter a sua dispendiosa campanha. A nova dinâmica internacional é ainda ilustrada pela capacidade do Irã de manter uma campanha por procuração contra Israel e as nações árabes moderadas do Médio Oriente, bem como pelo fracasso das ações do Hamas, Hezbollah, Houthis e Israel na escalada de um conflito mais amplo. Na América Latina, as novas dinâmicas são evidenciadas pela capacidade do regime populista autoritário da Venezuela de ameaçar uma ação militar contra a vizinha Guiana por causa do território de Essequibo, sem uma resposta firme dos Estados Unidos (EUA), do Brasil, vizinho da Venezuela, ou de outros Estados da região. Por fim, as novas dinâmicas são ilustradas pela postura cada vez mais agressiva da República Popular da China (RPC) contra Taiwan, bem como pela sua afirmação de reivindicações territoriais marítimas no Mar do Sul e do Leste da China e pela sua postura militar cada vez mais conflituosa em relação aos EUA e às forças armadas aliadas na região.

Há muito, estudiosos de relações internacionais observam a ligação entre a estrutura do sistema internacional e sua dinâmica, debatendo se uma ordem dominada por um ator principal (unipolar) ou vários atores (multipolar), ou a transição entre ordens estão associadas a maiores oportunidades de conflito, entre outras características.¹ Outros estudiosos da literatura sobre relações internacionais concentram no papel das instituições e estruturas multilaterais na facilitação da ordem, na prevenção de conflitos e na aplicação de normas que criam a base para o crescimento da interdependência internacional e dos sistemas associados de comércio, finanças, comunicação e conectividade de dados.² Outros ainda se concentram no papel da legitimação de ideias, como democracia, direitos humanos e economia de mercado versus economia estatal, para explicar a dinâmica internacional dentro de estruturas mais amplas de poder decorrentes do Estado e de outros atores nos sistemas internacionais, mediadas por instituições e outras estruturas.³

Refletindo a sinergia entre cada uma dessas perspectivas importantes, a dinâmica e a evolução do sistema internacional contemporâneo são mais bem definidas por uma interação complexa entre o poder de seus atores (ele próprio interdependente e em evolução) e o efeito dessas interações nas instituições formais e informais e nas estruturas multilaterais. Essas dinâmicas são ainda mediadas e moldadas por ideias e valores, bem como pelas percepções e discursos que os cercam, em um mundo cada vez mais interconectado no qual as próprias tecnologias da informação estão transformando a transmissão e a percepção dessas ideias e valores.

Uma caracterização completa da dinâmica de interação que transforma o sistema internacional está além do escopo deste trabalho. Em vez disso, este trabalho procura caracterizar de forma sucinta alguns dos elementos mais importantes dessas dinâmicas e identificar riscos, oportunidades e recomendações políticas associadas e defende que o fator de transformação mais importante do sistema internacional é a ascensão e a crise em curso da RPC e a sua interação sinérgica com uma série de regimes não liberais, cada um buscando objetivos distintos não necessariamente coordenados com a RPC ou entre si. Argumenta que a busca da China por seus próprios objetivos estratégicos, sobretudo econômicos, e o seu trabalho com regimes não liberais apoiam indiretamente a sobrevivência desses regimes e os desafios que representam para a ordem internacional baseada em regras liderada pelo Ocidente. A sobrevivência desses regimes não liberais e seus desafios aos concorrentes geopolíticos da China e à própria ordem internacional, por sua vez, avançam indiretamente os objetivos estratégicos da RPC, embora também acarretem uma série de riscos para a RPC. A deterioração da ordem internacional e o potencial de instabilidade produzido por ela são ampliados pela interdependência do sistema global contemporâneo e pelo desenvolvimento e sinergias associados entre novas tecnologias, abrangendo “*big data*”, inteligência artificial e a “internet das coisas”, incluindo o uso dessas tecnologias para controlar populações e desestabilizar adversários.⁴

Este trabalho conclui com recomendações para os governos ocidentais na resposta a estes desafios, centradas em duas áreas: (1) o fortalecimento das instituições parceiras e a liderança pelo exemplo num novo discurso baseado em valores sobre o valor do indivíduo sobre o Estado na organização política e econômica, e (2) estratégias de *hedging* para se prepararem para sobreviver à potencial desestabilização do sistema internacional e à violência que pode acompanhá-la.

O valor estratégico da ordem internacional baseada em regras e as consequências da sua deterioração

A ordem internacional baseada em regras é, sem dúvida, um conceito ambíguo em significado e desigual no grau e na forma como essas regras prevalecem e são aplicadas em diferentes partes do mundo. As suas instituições, leis relevantes e aplicação também evoluíram consideravelmente desde a formação de algumas das principais instituições políticas e econômicas a ela associadas no final da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde o fim da Guerra Fria. A ordem internacional baseada em regras é, portanto, reconhecidamente um conceito cujas origens, propósitos, universalidade e justiça abstrata podem ser questionadas e desconstruídas. Apesar destas questões, existe claramente um sistema de instituições, acordos, normas e infraestruturas internacionais de apoio que, embora imperfeito, tem desempenhado um papel fundamental no avanço das dinâmicas contemporâneas de interdependência global e que tem tido algum impacto nos conflitos globais e outras dinâmicas geopolíticas.⁵

A criação de instituições financeiras globais modernas após a Segunda Guerra Mundial, por meio da Conferência de Bretton Woods, em 1944, e a criação das Nações Unidas, em 1945, são convencionalmente avançadas como o ponto de referência para as origens da ordem internacional contemporânea baseada em regras, embora o âmbito da sua aplicação se tenha ampliado muito com o fim da Guerra Fria. O seu crescimento envolveu não apenas acordos políticos, mas também uma série de desenvolvimentos políticos, tecnológicos e burocráticos que se reforçaram mutuamente. O advento do transporte marítimo em contêineres transformou a economia e as possibilidades do comércio global, tornando possíveis as atuais cadeias de abastecimento globais.⁶ No entanto, a rápida adoção do conceito mundialmente não teria sido possível sem as tecnologias de comunicação e informática e sem acordos jurídicos internacionais que, em conjunto, permitem a liquidação de contas internacionais em prazos razoáveis e com risco razoável. Estes desenvolvimentos, por sua vez, não teriam sido possíveis sem uma massa crítica de Estados dispostos a sacrificar alguns elementos da soberania nacional para garantir os benefícios econômicos e outros que vieram de tal sistema. Essa massa expandiu-se significativamente no final do século XX com o fim da Guerra Fria e a transformação da RPC no centro de produção de baixo custo do globo. O desenvolvimento do investimento e das finanças internacionais, que também ocorreu neste período, refletiu uma combinação semelhante de soluções e infraestruturas tecnológicas, veículos (particularmente, a dependência do dólar americano como espinha dorsal do sistema financeiro internacional), acordos jurídicos que contribuíram para a aplicabilidade dos contratos em várias jurisdições

nacionais e organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outras, que facilitaram a funcionalidade e, até certo ponto, a regulamentação do sistema.

Imperfeitamente, mas de forma importante, a cooperação internacional no âmbito da ordem internacional baseada em regras durante esse período também se expandiu no campo do direito penal. Essa cooperação tornou-se cada vez mais necessária para combater a expansão do crime organizado transnacional (incluindo a lavagem de dinheiro), que foi possibilitada e expandida com o crescimento dos fluxos globais de pessoas, bens, dinheiro, dados e ideias no sistema internacional. A cooperação internacional em matéria penal também tem sido um importante facilitador secundário dos negócios internacionais, para membros de governos atuais e passados envolvidos em atividades criminosas transnacionais e, em menor grau, para aqueles que violam seus compromissos sob o direito internacional em domínios como os direitos humanos.

O aparente sucesso da ordem internacional baseada em regras, nas oito décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, e a arrogância do Ocidente, acelerada pela sua vitória na Guerra Fria, conferiram a essa ordem um caráter de inevitabilidade. A participação da RPC como importante componente desse sistema contribuiu para a percepção do seu valor e para o consenso internacional quanto à sua manutenção. No entanto, esses fatores também ajudaram a ocultar o grau em que a funcionalidade continuada dessa ordem dependia de uma série de condições impermanentes que a possibilitavam. Estas incluíam o domínio relativo dos EUA em termos financeiros, comerciais e geoestratégicos. Esse domínio contribuiu para o sistema de formas inerentes, como a disponibilidade do dólar como instrumento estável e quase universal para transações internacionais e como reserva de valor. O poder dos EUA e a percepção de sua disposição de usá-lo também contribuíram, sem dúvida, para a percepção da viabilidade das instituições internacionais e da aplicabilidade dos contratos. Como corolário, a funcionalidade da ordem baseada em regras no período pós-Guerra Fria também se beneficiou da participação da maioria dos Estados, pelo menos em certa medida, limitando a capacidade dos criminosos e de outros atores de se esconderem da aplicação da lei nesses portos seguros. Fundamentalmente, após o fim da Guerra Fria, a ordem baseada em regras também se beneficiou da ausência de alternativas confiáveis para obter recursos ou realizar outras transações de valor sem participar do sistema, tornando-o efetivamente “a única alternativa”.

De várias maneiras, a ordem internacional baseada em regras sempre conteve as sementes da sua própria transformação. Desde o seu início, sempre houve líderes políticos e outros atores que veem o seu poder, liberdade e interesses restringidos ou prejudicados pelo sistema. Com a ampliação do âmbito da ordem, esta tornou-

-se um símbolo político cada vez mais visível e, por conseguinte, cada vez mais plausível para os líderes políticos, acadêmicos, jornalistas e outros, atribuírem à ordem baseada em regras as deficiências das suas próprias sociedades, incluindo a desigualdade, a falta de oportunidades, a corrupção e a insegurança em suas sociedades. A desilusão das populações com o *status quo* periodicamente levou ao empoderamento desses líderes, que, uma vez no poder, adotaram políticas que, em graus variados, desafiaram ou restringiram a participação, ou contestação, do seu Estado na ordem baseada em regras. No entanto, antes da década atual, esses experimentos antissistêmicos eram de curta duração, com as políticas do perpetrador isolando o país de uma parte importante do comércio, investimento e finanças internacionais, levando à deterioração econômica, descontentamento popular e expulsão das elites antissistema por meio de eleições ou de um golpe militar. Estas lições serviram para mostrar, tanto no país como nos países vizinhos, a importância de aderir aos preceitos e participar da ordem baseada em regras. O surgimento da RPC como uma fonte alternativa de recursos em larga escala, sem exigir a adesão às regras desse sistema, sem dúvida mudou a dinâmica que por décadas garantiu que desafios significativos ao sistema fossem temporários e isolados.

A ascensão da China e seus objetivos estratégicos

A ascensão da RPC como um ator poderoso com enorme influência no comércio global, nos setores financeiro, institucional e outros que, por fim, representou um desafio à ordem internacional baseada em regras, foi ironicamente possibilitada pela própria ordem. Conforme observado na seção anterior, essa ordem facilitou o crescimento dos mecanismos físicos, informacionais e institucionais do comércio global, aos quais a RPC poderia se conectar como um centro de produção mundial, atraindo pouco a pouco o capital e a tecnologia que lhe permitiram se transformar em uma potência econômica e militar com vontade e massa para mudar esse sistema.

Em contraste com o comportamento da União Soviética durante a Guerra Fria, à medida que o poder econômico e militar da RPC se expandiu, ela geralmente não procurou impor um modelo particular de organização política ou econômica a outros estados do sistema internacional, embora tenha recorrido periodicamente formas de coerção militares, econômica e outras para intimidar governos e outros intervenientes, de criticá-la ou comportar-se de forma adversa aos interesses da RPC. A imposição de sanções à Austrália depois que o governo pediu uma investigação sobre as origens da pandemia de Covid-19 em Wuhan, na China, e o cancelamento de uma linha de *swap* de US\$ 5 bilhões em resposta às declarações do presidente libertário da Argentina de que não faria negócios com os chamados comunistas são dois exemplos proeminentes.

Em geral, os objetivos da RPC em envolver estados e instituições internacionais são melhor caracterizados como centrados na China. Em assuntos econômicos, a RPC tem trabalhado por meio de suas Empresas Estatais (*State-Owned Enterprises* – *SOEs*) e outras entidades, em coordenação com seu governo, em setores estratégicos para obter acesso seguro às *commodities*, alimentos, mercados e tecnologias necessárias para o desenvolvimento e poder nacional. No processo, trabalhou de forma relativamente concertada para obter o máximo possível do valor agregado e do controle desses setores.⁷

À medida que o tamanho e a sofisticação técnica da economia da RPC aumentaram, o seu impacto como comprador de *commodities*, alimentos e outros bens do resto do mundo, como potencial parceiro, empregador e gerador de receitas, conferiu-lhe uma influência crescente junto das elites políticas e comerciais, mesmo que muitas vezes tenham abordado a RPC com desconfiança, calculando sua capacidade de “gerenciar os riscos” para obter os benefícios esperados da RPC.

Essa expectativa de obter benefícios e o medo de perdê-los impactaram o discurso global sobre a RPC, incluindo a disposição das elites políticas, empresariais e outras de falar criticamente sobre ela ou confrontá-la por seu comportamento, incluindo a repressão do governo chinês à democracia e aos direitos de grupos minoritários, como os muçulmanos uigures na própria RPC, a violação dos compromissos assumidos por tratado sobre Hong Kong, seu roubo de tecnologia de parceiros estrangeiros, sua militarização de ilhas artificiais e a afirmação de reivindicações territoriais no mar do Sul e do Leste da China, em violação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, ou seus exercícios militares e outros comportamentos agressivos em relação a Taiwan.⁸

Com o aumento do seu poder, a China também se envolveu e afirmou uma influência crescente em instituições internacionais, das Nações Unidas a órgãos regionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.⁹ Conforme ilustrado pelo uso de sua posição na Organização Mundial da Saúde (OMS) durante a pandemia de Covid-19 para suprimir a discussão sobre seu papel nas origens e propagação do vírus, a RPC tem utilizado repetidamente a sua presença em instituições multilaterais no sistema das Nações Unidas e em outros lugares para impedi-las de atuarem em seu detrimento e, sempre que possível, para moldar as suas ações em benefício dos interesses e das empresas da RPC.¹⁰ Um exemplo é o trabalho da RPC com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para criar fundos de cofinanciamento, que permitem à instituição conceder projetos a empresas chinesas, permitindo-lhes receber fundos adicionais de bancos com políticas baseados na RPC.

Além disso, a RPC utilizou a sua influência para criar novos mecanismos de envolvimento internacional, incluindo fóruns regionais como o fórum 14+1 na

Europa, o FOCAC na África e o fórum China-CELAC na América Latina, bem como o fórum BRICS, ampliado em agosto de 2023 para incluir uma série de novos Estados não liberais como o Irã e a Arábia Saudita.

Enquanto o poder econômico e a capacidade técnica da RPC continuam a se expandir, a sua trajetória também está sendo moldada por dinâmicas de reforço mútuo de aprofundamento do autoritarismo, a decadência econômica e a autoconfiança agressiva na sua orientação internacional. Estas dinâmicas poderão convergir em um momento de confronto com os EUA e outros intervenientes importantes da ordem internacional ocidental baseada em regras, contribuindo para transformar esse confronto em um conflito militar.

O aprofundamento do autoritarismo da China é moldado pela consolidação significativa do poder político de Xi Jinping, refletida na obtenção de um terceiro mandato sem precedentes e na ausência de membros de facções políticas rivais no Politburo de Xi.¹¹ Este poder elimina potencialmente os mecanismos de *feedback* e restrições que poderiam moderar o comportamento da RPC em uma crise, particularmente em questões como Taiwan, que estão estreitamente associadas ao legado da liderança de Xi Jinping sobre o país.

A decadência econômica da RPC é impulsionada pela profundidade da sua crise ainda não resolvida no setor imobiliário. Conforme demonstrado pela capacidade do governo chinês de enfrentar a pandemia de Covid-19, apesar do enorme sofrimento causado ao povo chinês por uma política de isolamento sustentado, o controle do Partido Comunista sobre o país em todos os níveis, incluindo informação e os meios de coerção, é suficientemente grande para evitar que uma crise econômica ameace o controle do Partido sobre o país. No entanto, o Estado provavelmente terá que passar por um período prolongado de crescimento excepcionalmente baixo. Um ambiente externo cada vez mais hostil à RPC e caracterizado pelos esforços ocidentais de dissociação dela diminuirá as oportunidades de expansão adicional das exportações para impulsionar o crescimento econômico. Por outro lado, o excesso de investimento em infraestrutura da RPC limita os possíveis retornos do investimento em infraestrutura para estimular a economia chinesa. Por fim, o efeito da crise imobiliária na destruição das economias pessoais de muitos chineses é reforçado pelos traumas sofridos por muitos durante o isolamento da Covid-19, bem como problemas persistentes nos setores de saúde e educação, induzindo os chineses a economizar para o futuro, em vez de aumentar o consumo atual de maneiras que poderiam estimular a economia interna da China.

No âmbito internacional, uma confluência de fatores induz a China a se comportar de maneira cada vez mais agressiva e autoconfiante. Isso inclui o acúmulo de poder militar, econômico e outros pela China nas últimas décadas, levando-a, dentro da estrutura da cultura chinesa, a se sentir menos obrigada a se comportar

com deferência do que quando era fraca. Esta predisposição para uma maior ousadia é reforçada pelo estilo pessoal do Presidente chinês Xi, cujo carisma e autoconfiança são maiores do que seu antecessor mais tecnocrático, Hu Juntao.

Esta maior predisposição para a ousadia por parte da RPC ao envolver tanto rivais como os EUA, como Estados de nível médio, elevando o risco de que tais interações possam aumentar devido a erros de cálculo.

A sinergia entre a China e os regimes não liberais

A RPC se envolveu com uma grande variedade de parceiros internacionais na busca de seus objetivos econômicos e outros objetivos estratégicos, e na tentativa de moldar um espaço político, de segurança e institucional internacional que facilite a expansão contínua do poder chinês. A China tem-se mostrado particularmente flexível nas suas relações com regimes que buscam desafiar a ordem internacional baseada em regras. Isso inclui sua “amizade sem limites” com o regime de Putin na Rússia durante sua atual campanha militar na Ucrânia.¹² Inclui também o seu apoio comercial à República Islâmica do Irã, apesar das sanções internacionais, e o seu envolvimento com as ditaduras da Venezuela, Nicarágua e Cuba na América Latina.¹³

Apesar desse apoio, a RPC geralmente não tem procurado alianças militares ou outras alianças formais com seus parceiros não liberais (ou outros). Também não tem procurado agrupar esses parceiros em coalizões unificadas em torno de temas políticos, econômicos ou outros específicos. Na verdade, a RPC tem demonstrado uma capacidade notável para se envolver com vários regimes não liberais com orientações ideológicas contraditórias e, por vezes, com rivalidades diretas. O envolvimento significativo da RPC com os rivais Arábia Saudita e Irã, seu envolvimento simultâneo com o regime teocrático do Irã e o regime cleptocrático da Venezuela, são alguns exemplos.

Embora a RPC tenha geralmente se engajado com cada parceiro nos seus próprios termos e não tenha procurado criar formalmente uma aliança não liberal anti-EUA, na sua retórica e diplomacia, a RPC está se posicionando como líder do desafio à ordem internacional baseada em regras de uma forma cada vez mais direta. Na sua Iniciativa de Civilização Global, por exemplo, a RPC questiona a possibilidade de conhecimento e, por conseguinte, a aplicabilidade dos conceitos ocidentais de democracia e direitos humanos, criando assim cobertura para regimes não liberais amigos que os desafiem, de formas benéficas para esses regimes.¹⁴ Essa defesa complementa a Iniciativa de Desenvolvimento Global da RPC e o papel cada vez mais proeminente da RPC no G77+ China, no qual a RPC se posiciona como defensora dos direitos dos Estados em desenvolvimento, geralmente não alinhados com o Ocidente. Para a RPC, este envolvimento com

Estados não liberais trouxe vantagens comerciais e outras vantagens estratégicas significativas, apoiando simultaneamente a sobrevivência de regimes não liberais e os seus desafios aos EUA e à ordem internacional baseada em regras.

Benefícios comerciais para a RPC

No âmbito comercial, o relativo isolamento dos regimes não liberais dos principais mercados de capitais e comércio ocidentais, geralmente incluindo sanções por parte dos governos ocidentais, tem ajudado a RPC a negociar acordos para seus recursos, acesso aos seus mercados e projetos em condições muito vantajosas para as empresas da RPC envolvidas. Muitas vezes, a capacidade desses governos de fazer acordos com os chineses, sem um sistema de pesos e contrapesos eficazes, sem transparência e a correspondente abertura a subornos e outros benefícios personalistas, bem como burocracias escolhidas mais pela lealdade do que pela competência técnica, contribuem para a favorabilidade das condições garantidas pela RPC e pelas suas empresas nos acordos com esses regimes. Do lado da RPC, a atenção dada aos pormenores burocráticos e contratuais e a coordenação entre o Estado chinês e as suas empresas favorecem ainda mais a RPC em relação aos seus parceiros não liberais nessas transações.

Exemplos proeminentes de tais negócios desproporcionadas incluem as vendas de petróleo e produtos agrícolas da Rússia para a RPC, depois que a invasão da Ucrânia levou os países ocidentais a lhe impor extensas sanções.¹⁵ Do mesmo modo, a RPC compra até 1 milhão de barris por dia de petróleo do Irã com grande desconto, complementado por um acordo maciço no valor de US\$ 400 bilhões, no qual bancos chineses emprestam dinheiro ao Irã para facilitar projetos de construção no país por empresas sediadas na RPC.¹⁶ Na Venezuela, a RPC também conseguiu estabelecer várias linhas de crédito que permitiram que suas empresas realizassem trabalhos de infraestrutura e enviar produtos à Venezuela, reembolsados por entregas de petróleo venezuelano com desconto, enviado para fora do país por meio de parcerias com empresas chinesas.¹⁷ A RPC obteve pelo menos US \$ 64 bilhões em obras da Venezuela dessa forma, quase tudo pago com entregas de petróleo.

Em todos esses casos, embora as empresas sediadas na RPC tenham enfrentado desafios operacionais e de segurança significativos nos países não liberais em que operaram, elas se mostraram notavelmente capazes de estruturar suas relações para garantir que sejam pagas, mesmo quando seu trabalho não está totalmente concluído, tem sérios defeitos ou consequências ambientais e sociais, ou não produz o valor agregado prometido para o país.

Contribuição para a sobrevivência de regimes não liberais

Em cada um dos casos acima mencionados, e em outros, o apoio da RPC desempenhou um papel fundamental ao permitir a sobrevivência de regimes não liberais e sua capacidade de perseguir interesses que desafiam a ordem internacional baseada em regras.

No caso da Rússia, a compra de petróleo e produtos agrícolas pela RPC, fornecendo à Rússia uma alternativa ao sistema SWIFT, controlado pelos EUA para conduzir transações financeiras internacionais, para escapar das sanções ocidentais, e o fornecimento de componentes para equipamentos militares, foram essenciais para permitir que a Rússia sustentasse seu dispendioso esforço de guerra contra a Ucrânia por mais de dois anos, apesar das sanções internacionais.¹⁸

Com relação ao Irã, as compras de petróleo iraniano mencionadas anteriormente pela RPC sem dúvida ajudaram o regime islâmico do Irã a navegar pelo descontentamento interno diante das sanções internacionais. Também deu ao Irã os recursos para continuar a apoiar grupos *proxy* em toda a região e que apoiam seus objetivos, incluindo o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza, o Hezbollah no Líbano e em outros lugares, e os Houthis no Iêmen. Em alguns casos, até mesmo armas como o míssil antinavio C-802 da China parecem ter sido adaptadas pelos iranianos e fornecidos aos *proxies* como os Houthis, que as usaram em ataques contra navios ocidentais.¹⁹

No caso da Venezuela, as compras de petróleo e outras *commodities* venezuelanas pela RPC, associado às obras realizadas pela China em projetos de infraestrutura e fornecimento de bens para o Estado venezuelano, incluindo acordos apoiados por pelo menos US\$ 64 bilhões em crédito chinês, sem dúvida desempenharam um papel importante na sobrevivência do populista Hugo Chávez e dos subsequentes regimes de Nicolás Maduro à medida que consolidavam o poder e se moviam contra a oposição venezuelana.²⁰ No caso da Nicarágua, o reconhecimento diplomático da RPC pelo regime de Daniel Ortega criou a opção de engajamento econômico com a RPC, incluindo exportações, empréstimos e obras de infraestrutura prometidas pela RPC, para compensar o aumento das sanções internacionais contra os Ortegas pelos EUA e pela Europa, em resposta à repressão da democracia, eleições, e oposição pública pelo regime de Ortega.²¹

Em cada um dos casos, embora os fundos da RPC não compensassem totalmente a corrupção, má gestão e isolamento econômico, eles sem dúvida forneceram um volume suficiente de transações, com oportunidades associadas de corrupção e suborno, para incentivar as elites afiliadas ao governo a continuar a apoiá-lo e permanecer conectadas a essas fontes de renda.

Benefícios estratégicos para a RPC

Além dos benefícios econômicos para a RPC e suas empresas, a sobrevivência de regimes não liberais e os desafios associados à ordem baseada em regras possibilitados por essa sobrevivência beneficiam estrategicamente a China, embora com um risco associado tanto dentro do país quanto geopoliticamente, que a China deve administrar. No caso da Rússia, sua invasão e campanha militar sustentada obrigaram os EUA e a Europa a dedicar recursos e atenção significativos em apoio à Ucrânia, enquanto se protegem contra a agressão russa em outros lugares. No processo, a Rússia, antigamente um rival da RPC, tornou-se cada vez mais dependente dela e sujeita à sua influência.²² A Rússia também está cooperando com a RPC em outras áreas, como o Ártico, contra seu rival comum, os EUA.²³ Em termos operacionais, a campanha da Rússia na Ucrânia também permitiu que a RPC aprendesse com a campanha militar e a abordagem ocidental para impor sanções contra a Rússia, de maneiras que ajudam a RPC a se preparar para respostas ocidentais semelhantes à sua própria possível agressão futura contra Taiwan ou outros conflitos com o Ocidente na região do Indo-Pacífico.

As ações do Irã no Oriente Médio por meio de intermediários, incluindo Hamas, Hezbollah e Houthis, também obrigaram os EUA a gastar recursos e atenção consideráveis apoiando Israel, buscando evitar a escalada do conflito. No processo, minou a reaproximação israelense com os estados árabes moderados por meio da ampliação dos acordos de Abraão, o que teria fortalecido a influência de Washington às custas da RPC.

Na América Latina, a sobrevivência de ditaduras anti-EUA, como as de Cuba, Venezuela e Nicarágua, prejudica os esforços dos EUA para fortalecer um consenso baseado em valores e o Estado de Direito no Hemisfério Ocidental. A atenção que Washington foi obrigado a prestar aos compromissos de alto nível que tentam induzir a ditadura de Maduro a permitir eleições livres e justas na Venezuela, a contribuição dos refugiados venezuelanos para as crises migratórias não apenas na fronteira sul dos EUA, mas em toda a América, e as ameaças do regime de Maduro de assumir à força o controle do território de Essequibo da Guiana, consumiram recursos escassos dos EUA e distraíram Washington de promover seus objetivos políticos em outros lugares.

Além dos benefícios estratégicos para a RPC das ações dos regimes não liberais, seu envolvimento econômico com a RPC também facilitou o objetivo estratégico global mais amplo da RPC de promover o uso da moeda chinesa, o Renminbi (RNB), às custas do dólar. A maioria dos estados não liberais, da Venezuela à Arábia Saudita, concordou com transações que, de várias formas, usam o RNB em vez do dólar americano. Muitas vezes, a estruturação de transações de forma a

evitar o uso do dólar americano ou de mecanismos de compensação de moeda ocidental, como o SWIFT, é projetada para reduzir a vulnerabilidade dos estados não liberais às sanções dos EUA e de outros países ocidentais.²⁴

Para a RPC, uma mudança para o RNB aumenta sua influência financeira sobre os parceiros não liberais como um mecanismo de controle, ao mesmo tempo em que apoia o objetivo mais amplo da RPC de internacionalização do RNB. Para os EUA, o efeito estratégico de longo prazo da diminuição do interesse no sistema financeiro internacional na realização de transações em dólares seria catastrófico, em benefício da China. Além de reduzir a capacidade dos EUA de usar sanções financeiras como ferramenta de influência, diminuiria a capacidade dos EUA de emprestar grandes quantidades de capital nos mercados internacionais a taxas de juros razoavelmente baixas, enfraquecendo o crescimento futuro dos EUA em relação à China e forçando os EUA a tomar decisões difíceis para limitar os gastos em áreas como defesa e infraestrutura, críticas para sua competição estratégica com a RPC.²⁵

Um benefício estratégico mais indireto para a RPC da sobrevivência e proliferação de regimes não liberais, conforme observado na seção anterior, é complicar a capacidade dos governos ocidentais de combater o crime organizado e fazer cumprir contratos e outras normas legais no sistema internacional. Na medida em que tais impedimentos ao Estado de Direito facilitam a corrupção e a insegurança nos parceiros democráticos dos EUA, eles criam fluxos expandidos de drogas e migrantes para os EUA, ou outras crises que exigem recursos e atenção dos EUA para enfrentá-los, particularmente quando essas crises ocorrem perto dos EUA. Ao enfraquecer o desempenho de tais parceiros democráticos, eles também aumentam as oportunidades para governos populistas anti-EUA chegarem ao poder, que então são atraídos para a RPC em busca de recursos e cooperação em segurança, como uma alternativa aos EUA.

No domínio militar, a sobrevivência de regimes não liberais expande as possibilidades para a presença estratégica da RPC globalmente, inclusive muito próximo dos EUA em setores estrategicamente sensíveis, mesmo sem alianças formais ou acordos de base. Os regimes não liberais são geralmente mais abertos a comprar equipamentos militares chineses e se envolver em outras formas de cooperação militar, desde a compra de aviões de combate e radares K-8 pela Venezuela populista até a hospedagem de treinadores militares chineses e operadores de inteligência de sinais por Cuba.²⁶ Também inclui a potencial operação e controle de instalações espaciais de uso duplo pela RPC, como o acordado pelo anterior governo populista peronista de Christina Fernandez na Argentina.²⁷ Além disso, inclui o acesso da RPC a portos e outras infraestruturas de uso duplo que pode-

riam ser usadas contra os EUA com a aprovação formal ou tácita de governos anfitriões não liberais.

Além da colaboração militar direta de regimes não liberais com a RPC, em tempos de uma grande guerra entre a RPC e o Ocidente, os regimes não liberais sustentados pelo envolvimento econômico da RPC também criam riscos expandidos para a projeção de poder de outros rivais dos EUA contra os EUA no Hemisfério Ocidental e em outros locais estratégicos. A sobrevivência dos regimes anti-EUA na Venezuela, Cuba e Nicarágua, em combinação com a sobrevivência do regime de Putin, na Rússia, e de um governo teocrático islâmico radical no Irã, por exemplo, amplia o risco de projeção de ameaças militares, e outras, pela Rússia e o Irã contra os EUA a partir de estados não liberais próximos, como Venezuela e Cuba, em apoio ao seu parceiro mútuo, a RPC.

Riscos para a RPC

Apesar de tais benefícios estratégicos para a RPC da sobrevivência de estados não liberais, as ações de estados não liberais apenas parcialmente dentro do domínio de influência da China também criam riscos contínuos que a RPC deve administrar, tanto em cada país em que suas empresas e cidadãos operam, quanto no nível geoestratégico mais amplo. No nível do país, os estados não liberais nos quais a RPC procura operar foram assolados por deficiências institucionais, muitas vezes reforçadas por suas próprias políticas. Estas, por sua vez, criam dificuldades recorrentes para empresas chinesas que buscam executar projetos com sucesso, bem como ameaças à segurança do pessoal chinês em atividade lá. No nível estratégico geoestratégico mais amplo, o trabalho chinês com regimes não liberais cria riscos de reputação quando empresas sediadas na RPC são contaminadas pela corrupção, baixo desempenho ambiental e de projetos e responsabilidade social corporativa, ou pelo fracasso de seus projetos em produzir valor agregado por suas sociedades. A virtual ausência de valor criado por US\$ 64 bilhões em projetos baseados em empréstimos na Venezuela e o desempenho desastroso de empresas chinesas na construção da usina hidrelétrica de Coca Codo Sinclair para o antigo governo autoritário anti-EUA do Equador são apenas dois exemplos.²⁸

Além dos projetos econômicos, o envolvimento chinês com estados não liberais pode minar os esforços da China para se passar por não ameaçadora ou impactar negativamente seus objetivos de engajamento global de outras maneiras também. O apoio político, econômico e militar da RPC à Rússia na Ucrânia, por exemplo, aumentou indiscutivelmente o número de atores políticos e outros na União Europeia e em outros lugares que veem a RPC como uma ameaça, acelerando indiretamente os esforços crescentes desses atores para proteger seus mercados e tecnologias do avanço da China.

Além dos riscos de reputação para a RPC, seu empoderamento de atores não liberais cria o risco de conflitos militares expandidos que podem impactar a RPC por meio de danos à economia global, mesmo que a própria RPC consiga escapar da associação com a agressão de seus parceiros. O potencial de escalada das ações da Rússia na Ucrânia, as ações do Irã por meio de grupos *proxy* contra Israel e o Ocidente no Oriente Médio, o programa nuclear da Coreia do Norte e a agressão contra seus vizinhos no Pacífico e até mesmo as ameaças da Venezuela de ação militar sobre Essequibo, servem como exemplos.

Efeitos deletérios na ordem internacional

Conforme estabelecido nas seções anteriores, a interação entre a RPC e os Estados não liberais que buscam objetivos díspares mina progressivamente a ordem internacional baseada em regras que serviu de base para a moderna economia global interdependente e a gestão (embora imperfeita) dos desafios do crime organizado transnacional e da insegurança associada.

A sobrevivência de regimes não liberais que apenas honram contratos seletivamente ou cooperam com a aplicação da lei internacional quando isso serve aos seus interesses, incluindo dar abrigo a criminosos e grupos terroristas, complica a luta contra tais grupos e a associada lavagem de dinheiro. No processo, contribui para a força de tais grupos e aumenta os fluxos ilícitos. No processo, facilita a expansão da corrupção e da insegurança, minando a fé de cidadãos de regimes democráticos já céticos na capacidade de seus sistemas políticos e econômicos de produzir resultados. Assim, cria um ciclo que reforça o descontentamento, que abre as portas para governos não liberais, cujas políticas muitas vezes os levam a uma maior distância política e econômica do Ocidente, maior colaboração e dependência da RPC, além de conduzir seus países a um desempenho econômico pior, à corrupção e à erosão das instituições democráticas que permitem futuras mudanças pacíficas.

A proliferação e o fortalecimento de regimes não liberais com a facilitação da China também prejudicam outros estados de outras maneiras. A invasão da Ucrânia pela Rússia colocou em risco a sobrevivência existencial de seu vizinho democrático, além de impor severas tensões a seus vizinhos europeus, obrigando-os a aumentar significativamente os gastos com defesa para ajudar a Ucrânia a se defender, além de fornecer assistência humanitária e apoio fiscal para sustentar a funcionalidade do governo e da economia ucraniana no conflito. A invasão da Rússia também impôs tensões às economias europeias e outras por meio de milhões de refugiados ucranianos, bem como por meio do impacto sobre os agricultores europeus da abertura dos mercados europeus à produção agrícola de baixo custo da Ucrânia.²⁹

No caso do Irã, o conflito desencadeado pelo ataque terrorista de outubro de 2023 contra Israel minou a política pragmática de cooperação e colaboração entre Israel e os estados árabes moderados, previamente nutridas e refletidas nos acordos de Abraão. Também levou a uma crise humanitária com dezenas de milhares de vítimas civis da campanha subsequente de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza e promoveu um debate polarizador com repercussões políticas internas, da América Latina aos *campi* universitários dos EUA.

Na América Latina, os regimes não liberais em Cuba e na Venezuela contribuíram historicamente para esforços subversivos para desestabilizar as democracias vizinhas por meio do trabalho com movimentos radicais nas democracias vizinhas, incluindo a disseminação de propaganda e desinformação por meio de mídias sociais e outros canais, com a ajuda da Rússia.³⁰ Eles também desempenharam um possível papel na instrumentalização de protestos legítimos em outros países da região, como Equador e Chile.³¹ A maior sobrevivência desses regimes e a capacidade de envolver outros países da região aumentam, portanto, sua capacidade de minar a democracia na região.

Além das contribuições diretas para a desestabilização de democracias como Venezuela e Nicarágua na América Latina, como com a invasão da Ucrânia pela Rússia e a guerra provocada pelo Hamas, a consolidação do poder por governos não liberais desencadeou crises de refugiados que atingem o tecido socioeconômico das democracias vizinhas. Mais de sete milhões de refugiados deixaram a Venezuela, impactando significativamente os países para os quais fugiram, da Colômbia e seus vizinhos, à América Central e aos EUA. Além das tensões econômicas, os fluxos maciços de refugiados trouxeram repercussões políticas para os países anfitriões. Teve até impactos sobre o crime, incluindo a migração de células da gangue venezuelana Tren de Aragua, que se moveu e explorou venezuelanos desesperados ao longo de suas jornadas.³²

Além dos efeitos diretos discutidos nesta seção, a proliferação e o fortalecimento de regimes não liberais, facilitados pelo envolvimento com a RPC, também minam a fé dos governos democráticos na confiabilidade das instituições internacionais e das estruturas legais e contratuais para proteger seus cidadãos no exterior, o comércio e os investimentos de suas empresas e sua segurança nacional contra ameaças externas. Essa erosão da fé tem um efeito auto reforçador sobre a deterioração do sistema internacional, obrigando os Estados a tomar medidas unilaterais, como a expansão dos gastos com defesa e a diminuição da cessação da soberania para instituições e tratados internacionais, para garantir mais efetivamente seus próprios interesses.

O papel cumulativo das novas tecnologias

Na medida em que o leque de efeitos diretos e indiretos do envolvimento da RPC com regimes não liberais é problemática, os efeitos desestabilizadores dessa dinâmica no sistema internacional são expandidos pelo avanço e efeitos sinérgicos e reforçadores das novas tecnologias da informação. As democracias e as economias de livre mercado na América Latina e em outras partes do mundo estão há muito tempo sob estresse dos efeitos do aumento da conectividade, incluindo o deslocamento promovido por novas interações comerciais e sociais que acompanham o movimento global expandido de pessoas, dinheiro, dados e ideias no sistema mundial contemporâneo. Como observado anteriormente, o comércio globalizado e a comunicação expandida possibilitada pela ordem internacional baseada em regras, além de seus muitos efeitos benéficos, também ampliaram a desigualdade e o deslocamento dentro de países e sociedades não adequadamente preparados para alavancar efetivamente as oportunidades que a globalização proporcionou. Ao mesmo tempo, conexões cada vez mais onipresentes por meio de celulares modernos, internet e mídias sociais expandiram e aceleraram a transmissão de informações e, com isso, a capacidade de desenvolver percepções e comunidades em nível global, coordená-las e lutar entre elas.

Além de ampliar a taxa e o volume de comunicação, no entanto, novas tecnologias, como as mídias sociais, também permitiram transmitir e atingir destinatários de forma cada vez mais descentralizada. Além de promover uma fragmentação das comunidades de interesse, a combinação de aumento de volume, número de fontes e direcionamento a grupos menores tornou cada vez mais difícil para os destinatários processá-lo com o ceticismo apropriado, além de complicar muito a capacidade dos governos e outras entidades de monitorar essas comunicações e gerenciar seus efeitos, muito menos controlá-los.

Como complemento à expansão da taxa, volume, descentralização e direcionamento de informações, novas tecnologias, como a inteligência artificial, estão expandindo exponencialmente ainda mais a capacidade de gerar informações de maneiras que confundem a linha entre conteúdo gerado por humanos, imagens e dados objetivos e conteúdo gerado por computador. O resultado foi, sem dúvida, facilitar a potencial “armamentização” da comunicação, bem como aumentar a incerteza e a polarização dentro das sociedades, corroendo ainda mais a fé nas instituições e nos governos.

Como contrapeso a essa incerteza, polarização social e fragmentação, as novas tecnologias também estão dando aos governos e outros grupos ferramentas sem precedentes para monitorar e direcionar esses usuários e grupos individuais, restringindo seus fluxos de informações e impactando-os de forma financeira e outras.

A RPC teve múltiplas vantagens comparativas no desenvolvimento dessas tecnologias, incluindo investimentos substanciais em pesquisa aplicada, uma infraestrutura para a apropriação da tecnologia de terceiros, um ambiente regulatório com menos ênfase do que no Ocidente na proteção da privacidade individual, uma grande população para desenvolver tais tecnologias e um estado liderado pelo Partido com interesse e orçamento para tecnologias que facilitem esse monitoramento e controle. Em várias partes do mundo, o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia pela RPC estão ligados à percepção de seu sucesso econômico, eficiência, segurança e ordem social, atributos que muitas vezes faltam em outras partes do mundo. Embora o governo da RPC seja geralmente contido em se promover como modelo, as percepções no resto do mundo sobre o papel do governo e da tecnologia da RPC no sucesso, eficiência, segurança e ordem social impactam os debates nas sociedades observadoras sobre o papel apropriado do governo e da tecnologia, e o sacrifício da privacidade individual e outras proteções para obter os benefícios esperados.

Além do impacto das percepções do exemplo da RPC, a realidade da contrapartida entre tecnologia e proteção do indivíduo está sendo impactada globalmente pela crescente participação de mercado de empresas de tecnologia chinesas, como Huawei e Hikvision, e produtos chineses em setores como sistemas de segurança, telecomunicações, computação em nuvem, internet das coisas, e “cidades inteligentes”, entre outros produtos. O crescente domínio de empresas e produtos chineses nesses setores, e suas oportunidades associadas para garantir suas vantagens e as contrapartidas inerentes a seus produtos por meio do estabelecimento de padrões, está criando uma realidade em todo o mundo, cada vez mais em favor de resultados e eficiências, em detrimento da proteção do indivíduo.³³

No contexto de uma ordem internacional sob tensões multidimensionais, a sinergia em evolução entre as novas tecnologias dá à RPC e aos governos não liberais colaboradores novas capacidades sem precedentes para controlar a informação e suas próprias populações, ao mesmo tempo em que potencialmente desestabiliza as de seus adversários democráticos. A RPC já exportou sistemas de controle para aliados não liberais, incluindo o fornecimento do sistema de “carteira de identidade da pátria” para o regime de Maduro na Venezuela, tecnologias de gerenciamento de telecomunicações em Cuba, bem como sistemas nacionais de monitoramento construídos para o regime autoritário anti-EUA anterior de Rafael Correa no Equador e para o regime populista de Evo Morales na Bolívia.

O equilíbrio final na evolução das tecnologias entre facilitar o controle versus polarização e caos ainda é indeterminado. No contexto da interação sinérgica entre a RPC e os estados não liberais discutidos neste trabalho, no entanto, os impactos de curto e médio prazo de tais desenvolvimentos tecnológicos provavel-

mente ampliarão o poder da RPC e dos estados não liberais aos quais ela fornece suas tecnologias, para manter o controle de suas próprias sociedades e, assim, estender sua própria longevidade, poder e, implicitamente, comportamentos que minam a ordem baseada em regras e servem aos interesses estratégicos da RPC. Por outro lado, o impacto das novas tecnologias na pressão sobre os estados democráticos será complementado por sua capacidade de serem transformadas em armas nas mãos da RPC e de seus parceiros não liberais para uso contra seus adversários democráticos, acelerando ainda mais a deterioração das democracias e da ordem baseada em regras.

Recomendações e conclusões

Este trabalho argumentou que a natureza do desafio posto pela RPC ao sistema internacional não pode ser totalmente compreendida em termos de uma ordem mundial bipolar, como aquela que caracterizou imperfeitamente a era da Guerra Fria. Nem o papel desempenhado por regimes não liberais de médio porte, como Rússia e Irã, é suficientemente independente da RPC para caracterizar, em termos clássicos, a ordem como multipolar. Em vez disso, a principal dinâmica que atualmente molda e transforma o sistema internacional é a interação sinérgica entre uma RPC cada vez mais poderosa que busca seus próprios interesses econômicos e outros interesses estratégicos, e uma série de estados não liberais cuja sobrevivência e capacidade de desafiar o sistema internacional é possibilitada por seu envolvimento com a RPC. Essas interações beneficiam estrategicamente a RPC, ao mesmo tempo em que criam riscos tanto no nível nacional quanto geoestratégico que a RPC deve administrar. A longo prazo, este trabalho argumenta que a dinâmica entre a RPC e os estados não liberais corrói a funcionalidade do sistema internacional de maneiras que podem ser desestabilizadoras, minando a segurança e a prosperidade de todos.

Por fim, este trabalho argumentou que a erosão e a desestabilização da ordem internacional baseada em regras são aceleradas pela convergência de novas tecnologias de comunicação, *big data*, inteligência artificial e internet das coisas. Coletivamente, essas tecnologias promovem a polarização e a instabilidade dentro das democracias, ao mesmo tempo em que dão à RPC e seus parceiros não liberais ferramentas aprimoradas para controlar suas populações, estendendo sua própria longevidade e poder, enquanto usam as novas tecnologias como armas para desestabilizar seus rivais democráticos, acelerando o fim do sistema.

Neste novo e perigoso ambiente internacional, não basta que as democracias ocidentais se limitem a competir estrategicamente com a RPC e outros rivais não liberais. O Ocidente deve começar por compensar os debates sociopolíticos que atualmente o dividem e o paralisam de uma ação eficaz. Deve melhorar e resolver

os impedimentos às suas próprias ferramentas para se envolver e fortalecer as instituições dos seus parceiros democráticos, ajudando-os assim a ter sucesso contra a miríade de desafios que enfrentam.

Embora o Ocidente tenha de se “recompôr”, aplicar recursos adicionais e consertar instituições e ferramentas de engajamento que não funcionam, face ao enorme desafio sistêmico e auto reforçador descrito neste trabalho, fazer isso sozinho não será suficiente. O principal elemento necessário para o Ocidente é repensar, reformular e reafirmar o seu discurso sobre os valores.

Se o Ocidente definir liderança em termos de valores como meramente sancionar ou denunciar regimes por sua corrupção e comportamento não democrático, em um contexto geopolítico no qual a China oferece outras opções, o Ocidente falhará. O que o Ocidente precisa é a formulação de argumentos mais eficazes baseados em valores, apresentados de forma mais eficaz e sensível, para inspirar o mundo a fazer as suas próprias escolhas positivas, não sobre a razão pela qual devem se alinhar com os EUA, mas sobre a razão pela qual os seus próprios interesses sociais são mais bem atendidos por princípios como a proteção dos direitos individuais, a escolha individual como base da legitimidade do governo e a propriedade e iniciativa individuais como principal gerador de valor econômico e progresso tecnológico. O Ocidente deve convencer os outros não de que lhes oferecerá mais do que a China, mas porque é de seu próprio interesse de longo prazo buscar um caminho democrático que privilegie os direitos individuais, as economias de mercado e o Estado de Direito, e cooperar e se sacrificar para sustentar uma estrutura institucional internacional que sustente esses valores.

No fim de contas, os EUA e o Ocidente também devem estar preparados para a possibilidade de que esse envolvimento seja muito pouco e tarde demais. Os prudentes, enquanto trabalham para preservar a ordem atual, devem preparar planos que permitam que sua nação, ou empresa, navegue por seu colapso e pelo período caótico, violento e sombrio que provavelmente se seguirá. □

Notas

1. Barry R. Posen, “Emerging Multipolarity: Why Should We Care?” *Current History*, Vol. 108, No. 721, (2009), 347–52; John J. Mearsheimer, “Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order,” *International Security*, Vol. 43, No. 4, (2019), 7–50, https://doi.org/10.1162/isec_a_00342.

2. John G. March and Johan P. Olsen, “The Institutional Dynamics of International Political Order,” *International Organization*, Vol. 52, No. 4, (Autumn 1998), 943–969; J. S. Barkin, *International Organization: Theories and Institutions* (New York: Palgrave Macmillan, 1986).

3. Abramo Organski e Kenneth Fimo, Kenneth, *World Politics* (New York, NY: Alfred A. Knopf, 1958); Charles W. Kegley, Jr., *Controversies in International Relations Theory: Realism and*

the Neoliberal Challenge (New York: St. Martin's Press, 1996); James Richardson, *Contending Liberalisms in World Politics: Ideology and Power* (Boulder, CO: Lynne Rienner, 2001); Michael W. Doyle, "Liberalism and World Politics," *American Political Science Review*, Vol. 80, No. 4, (Dezembro de 1986), 1151–1169.

4. R. Evan Ellis, "The Transitional World Order: Implications for Latin America and the Caribbean," *Global Americans*, (29 de março de 2022), <https://globalamericans.org/the-transitional-world-order-implications-for-latin-america-and-the-caribbean/>; R. Evan Ellis, "Strategic Implications of the Deterioration of the Rules-Based International Order," *Centro de Estudos Estratégicos do Exército do Peru* (CEEPEP), (1 de fevereiro de 2023), <https://ceeep.mil.pe/2024/02/01/implicaciones-estrategicas-del-deterioro-del-orden-internacional-basado-en-normas/?lang=en>.

5. Arta Moeini, "A Requiem for the Rules-Based Order: The Case for Value-Neutral Ethics in International Relations," *Carnegie Council*, (5 de outubro de 2023), <https://www.carnegiecouncil.org/media/article/requiem-rules-based-order>.

6. Kai Ryssdal and Daisy Palacios, "How the shipping container revolutionized freight and trade," *Marketplace*, (23 de novembro de 2021), <https://www.marketplace.org/2021/11/23/how-the-shipping-container-revolutionized-freight-and-trade/>.

7. R. Evan Ellis, *China Engages Latin America: Distorting Development and Democracy?* (New York: Palgrave-Macmillan, 2022).

8. Shannon Tiezzi, "US State Department Study Dismisses China's 'Unlawful Maritime Claims' in South China Sea," *The Diplomat*, (14 de janeiro de 2022), <https://thediplomat.com/2022/01/us-state-department-study-dismisses-chinas-unlawful-maritime-claims-in-south-china-sea/>.

9. "China to provide \$2 billion for Latin America and the Caribbean Co-financing Fund," Interamerican Development Bank, (16 de março de 2013), <https://www.iadb.org/en/news/china-provide-2-billion-latin-america-and-caribbean-co-financing-fund>.

10. Francois Godement, "Fighting the Coronavirus Pandemic: China's Influence at the World Health Organization," *The Carnegie Endowment*, (23 de março de 2020), <https://carnegieendowment.org/posts/2020/03/fighting-the-coronavirus-pandemic-chinas-influence-at-the-world-health-organization?lang=en>.

11. Christian Le Miere, Christian, "Commentary: Xi Jinping has eliminated his rivals to dominate new Chinese leadership. Now what?" *Center for Naval Analysis*, (24 de outubro de 2022), <https://www.channelnewsasia.com/commentary/china-communist-party-congress-xi-jinping-third-term-politburo-standing-committee-3021831>.

12. Jennifer Jett, Larissa Gao, e Mithil Aggarwal, "Putin and Xi vow to deepen 'no limits' partnership as Russia advances in Ukraine," *NBC News*, (16 de maio de 2024), <https://www.nbcnews.com/news/world/putin-xi-agree-deepen-partnership-russia-advances-ukraine-war-rcna152528>.

13. Muyu Xu, "EXPLAINER-Iran's expanding oil trade with top buyer China," *NASDAQ*, (10 de novembro de 2023), <https://www.nasdaq.com/articles/explainer-irans-expanding-oil-trade-with-top-buyer-china>.

14. R. Evan Ellis, "The Trouble with China's Global Civilization Initiative," *The Diplomat*, (1 de junho de 2023), <https://thediplomat.com/2023/06/the-trouble-with-chinas-global-civilization-initiative/>.

15. Phil Rosen, “China is buying Russian oil at a bigger discount using yuan as price cap looms, report says,” *Business Insider*, (2 de dezembro de 2022), <https://www.businessinsider.com/china-russian-oil-yuan-steep-discount-price-cap-europe-sanctions-2022-12>.

16. Irina Slav, “China Set to Buy 1 Million Bpd Of ‘Cheap’ Iranian Crude This Month,” *Oil Price*, (30 de março de 2021), <https://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/China-Set-To-Buy-1-Million-Bpd-Of-Cheap-Iranian-Crude-This-Month.html#:~:text=Meanwhile%2C%20China%20is%20stocking%20up%20on%20cheap%20Iranian,access%20to%20a%20steady%20flow%20of%20cheap%20oil>.

17. Andrew Hayley, “China’s oil trade and investment in Venezuela,” Reuters, (12 de setembro de 2023), <https://www.reuters.com/business/energy/chinas-oil-trade-investment-venezuela-2023-09-12/#:~:text=The%20development%20of%20Venezuelan%20oil%20assets%20has%20been,in%20credit%20lines%20and%20loan-for-oil%20deals%20with%20China>.

18. Kylie Atwood, “China is giving Russia significant support to expand weapons manufacturing as Ukraine war continues, US officials say,” CNN, (12 de abril de 2024), <https://www.cnn.com/2024/04/12/politics/china-russia-support-weapons-manufacturing/index.html>.

19. Aadil Brar, “Houthi Rebel Missiles in the Red Sea Have a Link to China,” *Newsweek*, (20 de dezembro de 2023), <https://www.newsweek.com/china-iran-houthis-anti-ship-ballistic-missile-attacks-red-sea-middle-east-1854008>.

20. Francisco Monaldi, Francisco, “China Can Help Save Venezuela. Here’s How,” *Americas Quarterly*, (15 de abril de 2019), <https://www.americasquarterly.org/article/china-can-help-save-venezuela-heres-how/>.

21. “Ortega Says Free Trade with China ‘Frees Us from Sanctions’,” *Confidencial*, (20 de dezembro de 2023), <https://confidencial.digital/english/ortega-says-free-trade-with-china-frees-us-from-sanctions/>.

22. Vladimir Isachenkov, “Analysis: China’s sway over Russia grows amid Ukraine fight,” *AP News*, (22 de março de 2023), <https://apnews.com/article/russia-china-putin-xi-ukraine-alliance-partnership-us-sanctions-beijing-moscow-9089f4d4b9c0d8bb259b706ffcf4b0f6>.

23. John Grady, “China, Russia Quietly Expanding Arctic Partnership, Says Panel,” *U.S. Institute of Naval*, (11 de outubro de 2022), <https://news.usni.org/2022/10/11/china-russia-quietly-expanding-arctic-partnership-says-panel#:~:text=China%20is%20subtly%20installing%20a%20larger%20presence%20in,research%20and%20sharing%20intelligence%2C%20surveillance%20and%20reconnaissance%20data>.

24. Nathan Handwerker, “Can China’s SWIFT Alternative Give Russia a Lifeline?” *The Diplomat*, (10 de março de 2022), <https://thediplomat.com/2022/03/can-chinas-swift-alternative-give-russia-a-lifeline/>.

25. Ian Bezdek, “De-dollarization: What Happens if the Dollar Loses Reserve Status,” *U.S. News*, (7 de fevereiro de 2024), <https://money.usnews.com/investing/articles/de-dollarization-what-happens-if-the-dollar-loses-reserve-status>.

26. R. Evan Ellis, “Risks of PRC Security Engagement for Latin America and the Caribbean,” *Dialogo*, (20 de março de 2024), <https://dialogo-americas.com/articles/risks-of-prc-security-engagement-for-latin-america-and-the-caribbean/>.

27. Carlo J.V. Caro, “The Patagonian Enigma: China’s Deep Space Station in Argentina,” *The Diplomat*, (8 de janeiro de 2024), <https://thediplomat.com/2024/01/the-patagonian-enigma-chinas-deep-space-station-in-argentina/#:~:text=In%202014%2C%20Argentina%20and%20>

China%20entered%20into%20an, and%20data%20acquisition%2C%20including%20a%20deep%20space%20antenna.

28. Nicholas Casey e Clifford Krauss, Clifford, “It Doesn’t Matter if Ecuador Can Afford This Dam. China Still Gets Paid,” *The New York Times*, (24 de dezembro de 2018), <https://www.nytimes.com/2018/12/24/world/americas/ecuador-china-dam.html>.

29. “Short-term outlook report: war in Ukraine continues to impact EU farmers,” Comissão Europeia, (20 de março de 2023), https://agriculture.ec.europa.eu/news/short-term-outlook-report-war-ukraine-continues-impact-eu-farmers-2023-03-30_en#:~:text=Short-term%20outlook%20report%3A%20war%20in%20Ukraine%20continues%20to,3%20Milk%20and%20dairy%20products%204%20Meat%20products.

30. “The Kremlin’s Efforts to Covertly Spread Disinformation in Latin America,” Departamento de Estado dos EUA, Site oficial, (7 de novembro de 2023), <https://www.state.gov/the-kremlins-efforts-to-covertly-spread-disinformation-in-latin-america/>.

31. Juan Jaramillo, “Violence in Ecuador, Chile and Mexico could be related,” *Dallas Morning News*, (3 de novembro de 2019), <https://www.dallasnews.com/opinion/commentary/2019/11/03/violence-in-ecuador-chile-and-mexico-could-be-related/>.

32. “Is Venezuela’s Tren de Aragua ‘Invading’ the US?” *Insight Crime*, (1 de abril de 2024), <https://insightcrime.org/news/is-venezuelas-tren-de-aragua-invading-us/>.

33. Emily De la Bruyère, “Setting the Standards: Locking in China’s Technological Influence,” *Escritório Nacional de Pesquisa Asiática, Relatório Especial nº 97*, (1º de março de 2023), <https://www.nbr.org/publication/setting-the-standards-locking-in-chinas-technological-influence/>; R. Evan Ellis, “China’s Digital Advance in Latin America,” *Seguridad y Poder Terrestre*, Vol. 1, No. 1, (Julho-setembro de 2022), <https://ceep.mil.pe/2022/06/30/chinas-digital-advance-in-latin-america/?lang=en>.

R. Evan Ellis, PhD

O Dr. Evan Ellis é professor pesquisador de Estudos Latino-Americanos no Instituto de Estudos Estratégicos da Escola de Guerra do Exército dos EUA, com foco nas relações da região com a China e outros atores não ocidentais, bem como o crime organizado transnacional e o populismo na região. Ele publicou mais de 500 obras, incluindo cinco livros. Antes disso, ele atuou na Equipe de Planejamento de Políticas do Secretário de Estado, onde era responsável pelos Assuntos do Hemisfério Ocidental (WHA) e Narcóticos Internacionais e Aplicação da Lei (INL). Ele deu depoimentos sobre questões de segurança da América Latina ao Congresso dos EUA em várias ocasiões, discutiu seu trabalho em relação à China e outros atores externos na América Latina em vários programas de rádio e televisão e é citado regularmente na mídia impressa nos EUA e na América Latina por seu trabalho nesta área.